

Comperj Participações S.A.

CNPJ Nº 10.693.351/0001-89 – Empresa do Sistema Petrobras

RELATÓRIO ANUAL 2012

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório das Atividades referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 da Comperj Participações S.A. acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Parecer dos Auditores Independentes.

2. DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO

O COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) tem como objetivo produzir matérias-primas e produtos de maior valor agregado, em bases competitivas internacionais, contribuindo para o crescimento do mercado petroquímico brasileiro. Sua magnitude e importância para o País o levaram à inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A implantação do projeto petroquímico do COMPERJ está alinhada ao objetivo estratégico da Petrobras de aumentar a sua participação no setor petroquímico associada minoritariamente a capitais privados, atuando no setor de forma integrada aos demais negócios do Sistema.

No âmbito do Complexo, a COMPERJ PARTICIPAÇÕES S.A. prosseguiu no desenvolvimento de estudos e prospecção de parcerias societárias para novos projetos petroquímicos.

3. AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao nosso acionista Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, aos nossos fornecedores, parceiros, força de trabalho, comunidades da região, sociedade em geral e ao Governo Federal, Estadual e Municipal pelo apoio, confiança e reconhecimento que nos conferiram durante o ano de 2012. Este apoio foi fundamental para a realização da nossa missão.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ CARLOS COSENZA

Presidente

CLAUDIO ROMEO SCHLOSSER

Conselheiro

PAULO CEZAR AMARO AQUINO

Conselheiro

DIRETORIA

NILO CARVALHO VIEIRA FILHO

Diretor-Presidente

LAERTE ROCHA PIRES

Diretor

SERGIO MARTINS BEZERRA

Diretor

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	2012	2011
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	1.347	2.103
Impostos e contribuições a recuperar.....	5.1	83	48
		<u>1.430</u>	<u>2.151</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	5.3	10.138	4.833
Investimento.....	6	4.888	4.914
Imobilizado.....	7	19	21
Intangível.....	8	4	6
		<u>4.911</u>	<u>4.941</u>
Total do ativo.....		<u>16.479</u>	<u>11.925</u>

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2012	2011
Circulante			
Fornecedores.....		20	37
Contas a pagar - Empresas do sistema.....	9	16.415	3.551
Impostos e contribuições a recolher.....	5.2	32	26
Outras contas a pagar.....		–	26
		<u>16.467</u>	<u>3.640</u>
Patrimônio líquido			
Capital social.....	11	21.501	17.771
Prejuízos acumulados.....		(21.489)	(9.486)
		<u>12</u>	<u>8.285</u>
Total do passivo e patrimônio líquido.....		<u>16.479</u>	<u>11.925</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2012	2011
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas.....		(17.426)	(14.449)
Despesas tributárias.....		(20)	(9)
Resultado de equivalência patrimonial.....	6	(26)	(21)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, e variações monetárias e cambiais.....		<u>(17.472)</u>	<u>(14.479)</u>
Despesa financeira.....		(1)	(4)
Receita financeira.....	3.6	166	228
Variação monetária/cambial.....		(1)	–
Receitas financeiras, líquidas.....		<u>164</u>	<u>224</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social.....		<u>(17.308)</u>	<u>(14.255)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	5.4	5.305	4.811
Prejuízo do exercício.....		<u>(12.003)</u>	<u>(9.444)</u>
Resultado por lote de mil ações - Básico e diluído em R\$.....		<u>(5,58)</u>	<u>(5,31)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011.....	1	(42)	(41)
Aumento de capital.....	17.770	–	17.770
Prejuízo do exercício.....	–	(9.444)	(9.444)
Saldos em 31 de dezembro de 2011.....	<u>17.771</u>	<u>(9.486)</u>	<u>8.285</u>
Aumento de capital.....	3.730	–	3.730
Prejuízo do exercício.....	–	(12.003)	(12.003)
Saldos em 31 de dezembro de 2012.....	<u>21.501</u>	<u>(21.489)</u>	<u>12</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício.....	(12.003)	(9.444)
Ajustes:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	(5.305)	(4.811)
Resultado da equivalência patrimonial.....	26	21
Depreciação e amortização.....	5	1
Variações nos ativos e passivos		
Aumento de impostos a recuperar.....	(35)	(48)
Aumento de contas a pagar - empresas do sistema.....	12.864	3.551
(Diminuição)/Aumento de fornecedores.....	(17)	37
Aumento de impostos e contribuições a recolher.....	6	26
(Diminuição)/Aumento de outras contas a pagar.....	(26)	26
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais.....	<u>(4.485)</u>	<u>(10.641)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aumento de investimento em petroquímica.....	–	(4.999)
Aquisições de imobilizado.....	(1)	(22)
Aquisição de intangível.....	–	(6)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento.....	<u>(1)</u>	<u>(5.027)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital.....	3.730	17.770
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades de financiamento.....	<u>3.730</u>	<u>17.770</u>
(Redução)/Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa.....	<u>(756)</u>	<u>2.102</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro.....	2.103	1
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro.....	<u>1.347</u>	<u>2.103</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2012	2011
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros e outros.....	(13.730)	(12.313)
Valor adicionado bruto.....	<u>(13.730)</u>	<u>(12.313)</u>
Depreciação e amortização.....	(5)	(1)
Valor adicionado líquido produzido pela sociedade.....	<u>(13.735)</u>	<u>(12.314)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado da equivalência patrimonial.....	(26)	(21)
Receitas financeiras - inclui variações monetárias.....	170	228
Valor adicionado total a reter.....	<u>(13.591)</u>	<u>(12.107)</u>
Distribuição do valor adicionado		
Administradores e Conselheiros		
Honorários.....	3.691	2.135
Impostos, taxas e contribuições.....	<u>(5.285)</u>	<u>(4.802)</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Despesas financeiras, juros, variações cambiais e monetárias.....	6	4
Acionista		
Prejuízo do exercício.....	(12.003)	(9.444)
Valor adicionado distribuído.....	<u>(13.591)</u>	<u>(12.107)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1 A SOCIEDADE E SUAS OPERAÇÕES

A Comperj Participações S.A. ("Sociedade") foi constituída em 5 de fevereiro de 2009 como uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social a participação em sociedades que se dediquem à fabricação, ao comércio, à distribuição, ao transporte, à importação e à exportação de produtos das indústrias químicas e petroquímicas em geral.

Em 28 de abril de 2010 foi assinado o Acordo de Acionistas que determina as regras de relacionamento vigentes entre a Sociedade e a SMU Energia e Serviços de Utilidades Ltda. (SMU), acionistas da Companhia de Desenvolvimento de Plantas de Utilidades S.A. (CDPU), que é uma sociedade anônima de capital fechado constituída nesta mesma data, e tem como objeto social: análise, adequação e consolidação e/ou ajustes do Projeto Básico para a implementação da Central de Utilidades do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ.

Em 06 de outubro de 2011 a Diretoria da Petrobras não aprovou a continuidade das negociações para a constituição de uma parceria com a SMU e encaminhou ao Conselho de Administração proposta para o exercício da opção de compra das ações detidas pela SMU na CDPU. Tal proposta foi ratificada pelo Conselho de Administração da Petrobras em 22 de dezembro de 2011.

Em 23 de dezembro de 2011 a Petrobras exerceu a opção de compra e adquiriu as ações detidas pela SMU na CDPU. Ao final dessa operação a Petrobras passou a deter 80% do capital social da CDPU e a Sociedade manteve a sua participação em 20% do capital social da CDPU.

A Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

Encontra-se em estudo uma possível aprovação do processo de incorporação das Empresas do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

2 BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de fevereiro de 2013.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. O ganho ou perda cambial oriundo da conversão de moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado.

3.2 Ativos e passivos financeiros

3.2.1 Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

3.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em numerário, com vencimento em três meses ou menos da data de aquisição.

3.2.3 Passivos financeiros não derivativos

A sociedade reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

3.2.4 Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.2.5 Investimentos societários

São avaliados pelo método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas, controladas em conjunto e também em coligadas, nos quais a administração tenha influência significativa.

3.3 Ativo imobilizado

3.3.1 Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens.

O custo de ativos construídos pela própria Sociedade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e demais condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração.

3.3.2 Depreciação

A Sociedade possui em seu imobilizado apenas itens de escritório e de processamento de dados que são depreciados pelo método linear, considerando a vida útil estimada dos bens e o seu valor residual estimado ao final da vida. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

A depreciação está representada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Equipamentos de comunicação.....	5 anos
Equipamentos de informática.....	5 anos
Equipamentos de escritório.....	10 anos

Comperj Participações S.A.

CNPJ Nº 10.693.351/0001-89 – Empresa do Sistema Petrobras

3.3.3 Redução ao valor recuperável ("impairment")

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor conjunto de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, principalmente *softwares*, mensurados pelo custo total de aquisição e amortizados de forma linear considerando a vida útil. *Softwares* têm sua vida útil estimada em 5 anos.

3.5 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

3.6 Receitas financeiras

As receitas financeiras referem-se às receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. Durante o exercício de 2012 a Sociedade apurou receitas financeiras no montante de R\$ 166 (R\$ 228 em 2011).

3.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Para fins de apuração fiscal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Sociedade utilizou as prerrogativas definidas no Regime Tributário de Transição ("RTT"), que foi instituído pela Lei nº 11.941/09. Com isso esses tributos foram calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis, cujas bases não consideraram as alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Os tributos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporárias e prejuízos fiscais e são revisados a cada ano se serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.8 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Sociedade no respectivo período.

3.9 Demonstração do valor adicionado

A Sociedade elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado a qual é apresentada como parte integrante da demonstração contábil.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2012	2011
Depósitos à vista	2	1
Aplicações financeiras - FIDC-NP	1.345	2.102
Total	1.347	2.103

As aplicações financeiras estão representadas por cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados FIDC-NP do Sistema Petrobras. Este fundo de investimentos é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras e visa à otimização da gestão financeira da caixa das empresas do Sistema. Estas cotas são conversíveis em numerário, resgatadas a qualquer tempo, no decorrer do tempo do prazo de duração do fundo. No exercício de 2012 o rendimento deste fundo atingiu 8,41% (11,59% em 2011).

A exposição da Sociedade a riscos de taxas de juros é divulgada na nota explicativa 14.

5 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/A RECOLHER/DIFERIDOS

5.1 Impostos a recuperar circulante

O saldo dos impostos a recuperar no ativo circulante no valor de R\$ 83 em 2012 (R\$ 48 em 2011) refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

5.2 Impostos a recolher circulante

O saldo dos impostos a recolher no passivo circulante no valor de R\$ 32 em 2012 (R\$ 26 em 2011), refere-se, principalmente, ao INSS sobre a mão-de-obra de pessoal cedido à Sociedade.

5.3 Impostos diferidos não circulante

O reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$ 10.138 (R\$ 4.833 em 2011), tem por base o plano de negócios da Sociedade que prevê a geração de lucros que compensem os prejuízos apurados, e de seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

5.4 Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

A conciliação entre a despesa total calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e as despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é demonstrada como segue:

	2012	2011
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	17.308	14.255
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(5.885)	(4.847)
Adições permanentes		
Despesas não dedutíveis	580	36
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.305)	(4.811)
Alíquota fiscal efetiva	31%	34%

Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade não apurou base tributável para fins fiscais de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ CARLOS COSENZA

Presidente

PAULO CEZAR AMARO AQUINO

Conselheiro

CLAUDIO ROMEO SCHLOSSER

Conselheiro

SÉRGIO MARTINS BEZERRA

Diretor

LUIZ AUTRAN PIRES RIBEIRO - Contador - CRC-RJ 074841/O-2

DIRETORIA

NILO CARVALHO VIEIRA FILHO

Diretor-Presidente

LAERTE ROCHA PIRES

Diretor

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas

Comperj Participações S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis da Comperj Participações S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

6 INVESTIMENTO

Informações sobre a coligada

O investimento em coligada é contabilizado por meio do método de equivalência patrimonial. Os prejuízos apurados pela coligada nos exercícios de 2012 e de 2011 foram refletidos no resultado da Sociedade como resultado negativo de equivalência patrimonial no montante de R\$ 26 e R\$ 21, respectivamente.

	Companhia de Desenvolvimento de Plantas e Utilidades S.A.	
	2012	2011
Participação no capital votante.....	20%	20%
Quantidade de ações detidas:.....	20%	20%
Ordinárias		
Capital social subscrito	25.001	25.001
Patrimônio líquido.....	24.442	24.572
Prejuízo do exercício	(130)	(107)

7 IMOBILIZADO

Durante o exercício de 2012 a Sociedade realizou investimentos em equipamentos de comunicação, de escritório e processamento de dados em sua sede. Os investimentos totalizam R\$ 1. A Sociedade contabilizou em sua demonstração de resultado o montante de R\$ 3 de despesa de depreciação. O imobilizado líquido da Sociedade totalizou, portanto, no exercício findo em 2012 o montante de R\$ 19.

A movimentação do ativo imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	Imobilizado
Custo do imobilizado bruto	
Saldo em 1º de janeiro de 2011	22
Saldo em 30 de dezembro de 2011.....	22
Adições.....	1
Saldo em 30 de dezembro de 2012	23
Depreciação acumulada	
Saldo em 1º de janeiro de 2011	-
Depreciação	(1)
Saldo em 30 de dezembro de 2011.....	(1)
Depreciação	(3)
Saldo em 30 de dezembro de 2012	(4)
Imobilizado líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2011.....	21
Saldo em 31 de dezembro de 2012	19

8 INTANGÍVEL

Durante o exercício de 2012 a Sociedade não realizou investimentos em *softwares*. A Sociedade contabilizou em sua demonstração de resultado o montante de R\$ 2 de despesa de amortização. O Intangível da Sociedade totalizou, portanto, no exercício findo em 2012 o montante de R\$ 4 (R\$ 6 em 2011).

9 CONTAS A PAGAR - EMPRESAS DO SISTEMA

A Sociedade não possui pessoal próprio, portanto, o contas a pagar no valor de R\$ 16.415 de 2012 (R\$ 3.551 em 2011), refere-se a gastos com pessoal requisitado pela Sociedade a empresas do Sistema para prestação de serviços.

10 REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES

A remuneração atribuída aos dirigentes da Sociedade totalizou R\$ 3.519 em 2012 (R\$ 1.793 em 2011).

11 CAPITAL SOCIAL

Em 24 de fevereiro de 2012, o Conselho de Administração aprovou o aporte no montante de R\$ 3.730.

Em 31 de dezembro de 2012 o capital social da Sociedade totalmente integralizado em espécie era de R\$ 21.501 representado por 2.150.100 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo a totalidade das ações subscritas pela Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras.

12 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Referem-se a despesas com gastos com pessoal cedido pela Petrobras à Sociedade para prestação de serviços do escritório onde a Sociedade encontra-se sediada.

13 COBERTURA DE SEGUROS

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Sociedade possui cobertura de responsabilidade civil por danos a terceiros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

14 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Sociedade e sua coligada não possuíam nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante o exercício também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Sociedade são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Sociedade.

14.1 Riscos associados

A Sociedade está exposta ao risco de crédito de instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2012 e 2011. A Administração avalia que os riscos de crédito associados a esses ativos financeiros são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

14.2 Mensuração dos instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Sociedade e estão demonstradas a seguir em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa.....	1.347	2.103
Contas a pagar - Empresas do Sistema.....	16.415	3.551
Outras contas a pagar.....	-	26

Os instrumentos financeiros da Sociedade anteriormente mencionados estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **COMPERJ PARTICIPAÇÕES S.A.**, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes de 01/02/2013, apresentado sem ressalva, bem como as informações e esclarecimentos recebidos

no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Contábeis a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral Ordinária da COMPERJ PARTICIPAÇÕES S.A.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2013

AMÓS DA SILVA CANCIO

Presidente do Conselho Fiscal

ADRIANO PEREIRA DE PAULA

Conselheiro

MARIA ROMA DE FREITAS

Conselheira

Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Patrício Marques Roche
Contador
CRC 1RJ081115/O-4